
GARRETT E O BRASIL

DUARTE IVO CRUZ*

Resumo

As ligações de Garrett com o Brasil surgem a partir da Universidade de Coimbra, na época muito frequentada por estudantes brasileiros. Mais tarde vão reforçar-se, a nível da dimensão literária, no exílio em Paris, local onde convive com a primeira geração romântica brasileira, nomeadamente com Gonçalves de Magalhães. Embora nunca tenha atravessado o Atlântico, Garrett deixou, apesar de incompletos, três romances de temática brasileira a que dedicamos aqui alguma atenção. Será também objecto de atenção a presença do autor de Um Auto de Gil Vicente no teatro brasileiro, lamentando-se o facto de este não ter aceite o cargo que lhe foi oferecido de Ministro Plenipotenciário no Rio de Janeiro, o que iria certamente contribuir para uma mútua influência do romantismo nestes dois países.

1. INTRODUÇÃO

Garrett nasce em 4 de Fevereiro de 1799. Morre em 9 de Dezembro de 1854. Viveu assim, por coincidência numerológica, exactos 23 anos até à independência e exactos 32 anos após a independência do Brasil. Fernando Pessoa ou Almada Negreiros tirariam desta numerologia as mais vastas ilações. Concretamente, importa entretanto referir que este sobredotado, de obra, interesses, inteligência e talentos dispersos, teve do Brasil uma ideia clara, assente em quatro vectores:

- autonomia cultural brasileira, gerada na simbiose das raízes portuguesas, e desde logo na língua, mas também no ambiente natural e social específico;
- influência histórica e geo-política, no contexto regional da América Latina e na singularidade do processo brasileiro;

* Investigador na área da História do Teatro Português.

- sentido nacional, segundo os conceitos da época, aplicado simultaneamente e harmoniosamente a Portugal e ao Brasil;
- fidelidade à ideologia liberal, transposta para o lado de lá do Atlântico, o que o leva, curiosamente, a lutar de armas na mão com D. Pedro IV de Portugal, a dedicar-se de alma e coração a D. Maria II, mas a pôr as maiores reservas ao Imperador D. Pedro I do Brasil.

E não é só este, o paradoxo da vida e da obra de Garrett no que respeita às coisas brasileiras, que de longe amou e compreendeu como poucos no seu tempo. Paradoxo aliás marcante na tumultuosa dispersão desta existência tão rica e tão apaixonada, em todos os sentidos do termo, como bem se sabe. O seu talento desmedido pede meças a um temperamento neurasténico, desconfiado e queixoso: com razões pessoais, nas tragédias familiares que o atingem, mas sem razão no sucesso de uma carreira plena e variada.

De tal forma, que, repita-se, o grande traço comum desta existência e desta estrutura mental é o amor à liberdade e, simultaneamente, a raiz nacional, a palavra é dele, do quadro em que se institui essa mesma liberdade. Garrett é essencialmente um liberal e um nacionalista: “Eu tenho para mim que não há educação que não seja eminentemente nacional”.

Ora, no que respeita ao conceito liberal de nacionalismo aplicado ao Brasil, encontramos sistematicamente em Garrett a definição de uma nacionalidade brasileira relacionada e articulada com a cultura que lhe subjaz. Essa cultura tem, obviamente, uma forte raiz portuguesa: mas nem por isso deixa de lado os factores específicos da diferença brasileira. Como veremos adiante, Garrett é o primeiro pensador de ambos os países a assinalar a singularidade da poesia do Brasil.

2. GÉNESE DA SAUDADE BRASILEIRA

GARRETT NUNCA ESTEVE NO BRASIL. Adiante veremos que, em 1836, poderia ter sido nomeado Ministro Plenipotenciário no Rio de Janeiro. Mas não chegou a embarcar, porque não pôde ou não quis.

Há porém sinais, desde jovem, de um certo fascínio e atracção sentimental, algo rousseauneana - e muitas vezes usaremos a qualificativa adiante - pelo Brasil ou por

uma certa ideia de Brasil. E há raízes familiares, como as há de ambiente doméstico, que, umas e outras, ajudam a explicá-lo.

O avô materno de Garrett é o Sargento-Mor José Bento Leitão, enriquecido no Brasil e, recorda-o Ofélia Paiva Monteiro, “feito pelo Marquês de Pombal Deputado da poderosa Companhia dos Vinhos do Alto Douro (cuja sede era no Porto), se entregara a espantosos actos de “brasileiro” com fortuna: construção da quinta e palacete do Sardão, doações à Misericórdia de Vila do Conde, vida farta de grande senhor, rodeado de criadagem numerosa, como a querer reproduzir na Metrópole o bulício da casa grande do Brasil das patacas” (Monteiro: 1971, vol I: 32).

Regressado viúvo ao Porto, o José Bento Leitão casa em 1771 com D. Maria do Nascimento e Almeida, filha de José Fernandes de Almeida. Este também tinha enriquecido no Brasil. A filha do José Bento e da Maria do Nascimento é a mãe de Garrett, Ana Augusta. Isto significa que, do lado da mãe, há um avô e um bisavô “brasileiros de torna-viagem”, tipo humano que, no teatro, vem aliás dos Arcades (Correia Garção - “Assembleia ou Partida”) e de António José da Silva (“Guerras do Alecrim e Manjerona”), mas que a literatura haveria de consagrar, de Camilo a Eça e de Aquilino a Sttau Monteiro...

Mas do lado do pai, António Bernardo da Silva, temos um tio de Garrett, irmão do pai, nomeado em 1819 Desembargador Ordinário da Relação da Bahia com o encargo de criar a Comarca do Rio São Francisco “no último sertão da Província de Pernambuco”, escreveu o próprio. Mas este deu-se muito mal, pois, tendo permanecido no Brasil até 1824, apanhou o rescaldo da independência, que tardou a chegar à Bahia mas foi hostil ao Magistrado português. Numa Memória publicada em Lisboa em 1825, o Desembargador Leitão não poupa palavras contra os que, “seguros de impunidade pela luciferina política de alguns homens tigres, diziam, com impudentes apupos e algazaras [...] tudo isto é nosso, que estes ladrões de Portugal nos vieram roubar”.

O tio de Garrett foi assim obrigado, para voltar a salvo para Portugal, a caminhar “centenas de léguas por fragosas serranias e inóspitos gerais, com fomes, com sedes, debaixo de ardentíssimos céus, rompendo matas densíssimas, e cheias de ferozes onças e venenosas cascavéis, desbravando terras [...] e tendo não raras vezes de defender-se das setas dos gentios!!!” (Apud. Monteiro, 1971, vol I: 65-66).

Ora bem: outra seria certamente a lembrança que os avós maternos trouxeram da emigração, pois como, já se disse, Garrett desde as primeiras obras de juventude

exprime uma ideia clara e afectuosa, no ponto de vista pessoal, mas sobretudo grandiosa e algo visionária no ponto de vista da autonomia cultural e da trajectória política do Brasil. A seu tempo o veremos, mas não sem antes recordar que o próprio escritor refere, com saudade, a sua velha criada brasileira Rosa de Lima que o avô José Bento trouxe do Rio. Vale a pena ouvir a evocação dessa dedicadíssima criada, ou talvez escrava no Brasil dos anos 20. Garrett evoca a sua memória numa bela nota do “Frei Luís de Sousa” a propósito da certeza expressa por Telmo Paes de que, caso D. João de Portugal regressasse, “não ia sem aparecer primeiro ao seu aio velho”.

Evoca então, assim, Garrett, a sua aia velha Rosa de Lima:

Uma parda velha, a boa Rosa de Lima, de quem eu era o menino bonito entre todos os rapazes, e por quem ainda choro de saudades apesar do muito que me ralhava às vezes, era a cronista-mor da família, e em particular da capela e da quinta do Sardão, que ela julgava uma das maravilhas da terra e venerava como um bom castelhano o seu Escurial. Contava-me ela, entre mil bruxarias e coisas do outro mundo que piamente acreditava, que também naquelas coisas «se mentia muito»; que, de meu avô, por exemplo, diziam que tinha aparecido embrulhado num lençol passeando à meia-noite em cima dos arcos que trazem a água para a quinta: o que era inteiramente falso, porque «ela estava certa que, se o Sr. José Bento pudesse vir a este mundo, não se ia embora sem aparecer à sua Rosa de Lima». E arrasavam-se-lhe os olhos de água ao dizer isto, luzia-lhe na boca um sorriso de confiança que ainda agora me faz impressão quando me lembra.

Gomes de Amorim, ele próprio “brasileiro de torna viagem”, nunca conheceu obviamente a velha Rosa de Lima: mas as expressões que utiliza, nas “Memórias Biográficas” de Garrett, publicadas 27 anos depois da morte do escritor, reflectem com impressionante nitidez a ternura com que é evocada a “aia velha”: Rosa de Lima, “nascida no Brasil, repassava as suas narrativas daquela suave tristeza que gera a saudade dos proscritos: contava e cantava com mais poesia” (Amorim, 1881-84, vol I:64). E recorda que o próprio Garrett, no “Romanceiro”, evoca outra criada brasileira que, em Angra, lhe contava “novas lições de romances”.

3. O JOVEM GARRET: COIMBRA E OS BRASILEIROS

Em 1816 Garrett inicia o curso de Direito. Sai Bacharel em 1821. Nos 5 anos de estudante, ajuda a fundar uma espécie de sociedade secreta, “não maçónica nem carbonária” diz-nos Ofélia Paiva Monteiro, frequentada por numerosos brasileiros.

Era a Sociedade dos Jardineiros ou Keporática ou da Chícara. (Cf. Monteiro, 1971, vol. I: 137). A ideologia dominante era obviamente liberal, com eventuais extensões doutrinárias ligadas à defesa da independência do Brasil.

A grande actividade dos “jardineiros” seria porém ligada ao teatro. E esse convívio marcará profundamente Garrett, que aliás, como se sabe, trazia já de Angra alguns esboços dramáticos. Mas mais do que isso, o contacto com os amigos brasileiros constituiu de facto um grande referência na sua formação intelectual e afectiva. Em 1 de Janeiro de 1824, no exílio inglês, escreve sobre o Brasil em termos perfeitamente ditirâmicos mas algo ambíguos: “O Brasil, oh! Que país abençoado, se o não perderem! Já eu lá estaria, se não receasse que lhes falte o juízo para bem conservarem o que tão barato lhes custou e tão caro há custado a todos os povos”. (Amorim, loc. cit.: 326). Refere-se ao processo da Independência, cotejado com o das “Repúblicas Espanholas”, expressão que usa recorrentemente.

Também mais ou menos por esta época terá Garrett concebido o seu primeiro romance “brasileiro”, dos três que programou, sem concluir nenhum deles, como adiante se verá. De “Komuray”, inédita mesmo nos esboços, resta um fragmento na Biblioteca da Universidade de Coimbra. Mais tarde terá programado “Um Brasileiro em Lisboa”, de 1845, e “Helena”, este em 1853, portanto um ano antes da morte. A seu tempo os referiremos.

Em qualquer caso, entre 1824 e 1826, Garrett começa a desenvolver e a definir uma linha de pensamento integrado e pluridisciplinar relativa ao Brasil, no plano da cultura, no plano da literatura, no plano da política nacional e no plano da geo-estratégia internacional. Estas designações são mais do nosso tempo e do nosso léxico do que dos dele, mas os conceitos aplicam-se com rigor impressionantemente moderno, mesmo visionário, às análises teóricas de Garrett relativas à realidade brasileira.

Naquelas datas, com efeito, aparecem textos sobre o Brasil que antecedem os escritos incluídos a partir de 1826 no que viria a ser o “Portugal na Balança da Europa”. Aparece o esboço do romance “Komuray” e a publicação em Paris do “Parnaso Lusitano”, onde se defende a autonomia cultural e temática da poesia brasileira desde os Arcades.

4. O “PORTUGUAL NA BALANÇA DA EUROPA”

Vejamos então “Portugal na Balança da Europa”. Publicada na forma definitiva em 1830, mas redigida também a partir de 1826, em parte com base em textos

anteriores, constitui uma admirável análise da política externa portuguesa, num contexto de globalização extremamente moderno para a época. “Somos chegados a uma crise da Europa, de todo o mundo civilizado - crise que há tantos anos se prepara, que tantos sintomas anunciavam próximo”. A análise estratégica de Portugal desenvolve-se no quadro interno, com as mudanças decorrentes da revolução liberal, mas também no quadro europeu e ainda relativamente aos EUA, América Latina e Brasil, tudo isto num plano abrangente que tem por base um conceito alargado de liberdade. E o Brasil ocupa uma larguíssima parcela na análise.

As referências, que vale a pena transcrever com desenvolvimento, revelam uma visão atenta, algo sentimental e, como já vimos, rousseauneana, marcada por conceitos prospectivos, a longo termo, de relacionamento político e sócio-económico e cultural, mas simultaneamente, atenta à evolução plausível do país, no plano interno das instituições monárquicas, no plano das relações com Portugal e no contexto das independências e das relações regionais com os EUA e com a América Latina. Garrett parte da própria colonização, que considera tardia e que atribui, com duvidosa argumentação e fundamentação, à pressão holandesa. Com algum pitoresco, não hesita em afirmar, no que toca ao século XVI:

Que podia oferecer o Brasil ao comércio daqueles tempos? Algum pau de tinturaria. Que prometia ao espírito de missão e proselitismo? A conversão de alguns cabildos de selvagens ignorantes. Com que podia lisonjear a ambição do príncipe? Com a desmesurada extensão dum terreno inculto, bravo, mal povoado. (Garrett, 1984a: 41)

Este cepticismo contém uma crítica à colonização portuguesa e coincide com o entusiasmo pela potencialidade do Brasil. E insiste nas críticas à política de ocupação e colonização do território e das suas populações:

De todo o imenso território que à ribeira do mar se estende desde o Amazonas ao La Plata apenas as ourelas marítimas eram salpicadas de povoação, e essa tão mesclada que só a quinta ou sexta parte se podia dizer branca. A raça escrava certo mui longe estava de ser tratada de maneira que não envergonhasse a natureza: mas ainda assim não eram as crueldades dos colonos portugueses para comparar-se com os horrores verdadeiramente canibais de ingleses e franceses.

O governo porém era estúpido e tirânico: a autoridade dos capitães-generais sem limites e sem recursos; a jurisdição mista e intrincada dos ouvidores e juizes de fora

faziam a governança do Brasil não só a mais despótica, se não também a mais absurda de todas as administrações coloniais. Nem as próprias Relações do Rio e Baía eram essas mesmas tribunais independentes; porque presididas pela autoridade administrativa, eram as leis por que julgavam as portarias do governador e seus acórdãos minutados nas secretarias dele.

O clero pobre e ignorante influía pouco; as ordens religiosas também pouco medradas não preponderavam muito: só o comércio, apesar de todos os barrancos da legislação e abusos de seus executores, tinham importância e valor. Porém, o comércio era exclusivo com Portugal; Lisboa e Porto, os mercados do Brasil para as nações da Europa, não lhe consentindo a metrópole o mínimo trato ou tráfico com o resto do universo. Até o ensino e as luzes eram objecto de monopólio, porque no Brasil não havia nem seminários, nem colégios, nem universidades; [...] Todavia, a massa geral dessa população era boa. (Garrett, 1984a: 42-43)

E enquadra e relaciona, com lucidez visionária, não nos cansamos de repetir, a evolução política do Brasil no contexto da América Latina. De tal forma que considera um “espectáculo estranho e incoerente” a ligação duradoura do Brasil à mãe-pátria. Refere o atraso na eclosão da autonomia política:

O Brasil adoptou, mau grado seu, as formas monárquicas: queria ser republicano como seus vizinhos. Sê-lo-á ainda talvez. Se o fosse agora, padeceria com eles. Não tarda que os interesses desta jovem nação americana se não venham ligar de mais perto, entrelaçar com os nossos.

Em resumo: Garrett, por razões de pura geo-estratégia, considera difícil a manutenção das instituições monárquicas de um país rodeado de repúblicas. Saúda com entusiasmo a independência de um Brasil Liberal. Mas atenção: acaba por reconhecer que é o Império e D. Pedro que garantem a estabilidade do Brasil num continente em convulsão.

E mais: considera “estranho fenómeno político” a ligação a Portugal num quadro de renovação das instituições e de definição de um regime liberal. Curiosamente, este futuro expedicionário da Terceira, do Mindelo e do Cerco do Porto, atribui à “impaciência” de D. Pedro, juntamente com os erros das Cortes de Lisboa e, ainda, a interesses da classe política brasileira, os problemas ocorridos no quadro do processo de independência. E mostra-se clara e categoricamente adepto desse processo político, num quadro de liberdade interna e externa.

Só o Brasil parecia estacionário e impassível quando, situado no meio da América, todos os raios do grande círculo americano pareciam dever convergir para ele como para centro. Não! A electricidade já faísca por suas províncias, já estala por suas cidades; aquele sussurro precursor das grandes comoções políticas começa já de sentir-se; os ministros imbecis despertam enfim: declara-se a guerra aos novos Estados; trata-se de afastar para longe o exemplo, de evitar o contacto. A pacificação da Europa veio a ponto para ajudar os projectos do ministério brasiliense; a flor dos batalhões portugueses, aguerridos por tão longa campanha, audazes por tanta vitória, é obrigada a desertar das bandeiras da honra e independência nacional para ir alistar-se sob o estandarte da invasão ilegítima, da usurpação absurda. (Garrett, 1984a: 45)

O Brasil recebera o impulso de Portugal, e conjuntamente com a mãe-pátria proclamara a liberdade, enviara deputados ao Congresso de Lisboa, espontânea e distintamente declarara querer conservar-se unido à metrópole pelo vínculo de uma constituição livre, igual e popular. E acaso esse estranho fenómeno político se houvera temporariamente realizado, se o herdeiro da coroa não tivesse permanecido na América. Impaciente de cingi-la, impacientes seus apaniguados de lhe aquinhoar as regalias, se cobriram com a capa de independência, e usurparam o império. Os erros das cortes de Lisboa apressaram esse acontecimento inevitável.

Dois partidos mui poderosos no Brasil, o republicano e o independente, sustentando este o príncipe de boa fé, aquele antevendo na separação de Portugal um passo dado no caminho da democracia, ambos se lhe uniram: e dum moço inesperto e ambicioso confiou assim o Brasil sua liberdade e independência: Erradamente lutou Portugal contra essa independência; nem devia, nem podia: para seu castigo passou pela vergonha de ver desonradas as armas portuguesas, entregues ao inimigo as relíquias de sua marinha, e inteiramente aniquilado seu comércio.

Mas enfim já toda a América é independente e livre: nem as formas monárquicas conservadas no Brasil impedem o estabelecimento de uma constituição liberal e eminentemente popular: o próprio e único representante da *legitimidade* nessas terras democráticas presta homenagem e rendimento ao princípio da soberania do povo triunfador além do Atlântico.

Garrett antevê, a mais de 60 anos de distância, a implantação da República no Brasil: e o que não concebe que possa um dia ocorrer cá, admite com largueza de

vistas que ocorra lá. Mas não de imediato: é também o “estranho fenómeno” que o fascina e intriga.

5. A INFLUÊNCIA LITERÁRIA E CULTURAL

Vimos então atrás que Garrett é pioneiro no reconhecimento da autonomia cultural do Brasil, com sinais claros a partir do século XVIII. O “Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa” (1816-1826) insiste nas especificidades que os Arcades brasileiros, e seus continuadores imediatos, assumiram ou, ainda mais, deveriam assumir.

Os historiadores da literatura brasileira assinalam a influência modelar no “Parnaso Brasileiro” de Januário da Cunha Barbosa, editado no Rio de Janeiro em 1831, no “Bosquejo da História da Poesia Brasileira” de Joaquim Norberto, desde logo no nome da obra, esta editada em 1841. Como sabemos, o “Bosquejo” de Garrett é anterior, como o é a obra de Ferdinand Denis, com quem Garrett entra em polémica, acusando-o, no Prefácio do “Camões”, de plágio em “Sènes de la Nature sous les Tropiques”. Amorim assinala no entanto que o nosso autor, na 4ª edição do poema, retrata-se num singular exercício de humildade, bem pouco habitual: “peço-lhe aqui solenemente desculpa e declaro a minha convicção íntima de que, assim como eu não sabia da sua obra, nem a vira antes de publicar a minha, o mesmo estou certo de que lhe acontecesse”.

Em qualquer caso, Garrett, na já aludida referência aos Arcades brasileiros, considera Cláudio Manuel da Costa como “o primeiro poeta” do Brasil e “um dos melhores” de Portugal:

Mui distinto lugar obtive entre os poetas portugueses desta época, Cláudio Manuel da Costa: o Brasil o deve contar seu primeiro poeta e Portugal entre um dos melhores.

Deixou-nos alguns sonetos excelentes, e rivalizou no género de Metastásio, com as melhores cançonetas do delicado poeta italiano. A que dirige à lira com sua palinódia imitando a tão conhecida do mesmo Metastásio a Nice, *Brasil all' ingani tuoi*, pode-se apontar como excelente modelo. Nota-se em muitas partes dos outros versos dele vários resquícios de *gongorismo* e afectação *seiscentista*.

E agora começa a literatura portuguesa a avultar e enriquecer-se com as produções dos engenhos brasileiros. Certo é que as majestosas e novas cenas da Natureza

naquela vasta região deviam ter dado a seus poetas mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e estilo, do que neles aparece: a educação europeia apagou-lhes o espírito nacional: parece que receíam de se mostrar americanos; e daí lhes vem uma afectação e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades. (Garrett, 1984b: 32-33)

Mas não é o único, como bem sabemos:

Muito havia que a tuba épica estava entre nós silenciosa, quando Fr. José Durão a embocou para cantar as romancescas aventuras de *Caramuru*. O assunto não era verdadeiramente heróico, mas abundava em riquíssimos e variados quadros, era vastíssimo campo sobretudo para a poesia descritiva. O autor atinou com muitos dos tons que deviam naturalmente combinar-se para formar a harmonia de seu canto; mas de leve o fez: só se estendeu em os menos poéticos objectos; e daí esfriou muito do grande interesse que a novidade do assunto e a variedade das cenas prometia. Notarei por exemplo o episódio de Mohema, que é um dos mais gabados, para demonstração do que assevero. Que belíssimas coisas da situação da amante brasileira, da do herói, do lugar, do tempo não pudera tirar o autor, se tão de leve não houvera desenhado este, assim como outros painéis? (idem, ibidem)

E a seguir, elogia Tomás António Gonzaga, sem referir - mas valeria a pena? - a tragédia pessoal do seu envolvimento na Inconfidência Mineira:

Depois de Dinis o lugar imediato nos anacreônticos pertence a outro brasileiro. Gonzaga mais conhecido pelo nome pastoril de Dirceu, e pela sua *Marília*, cuja beleza e amores tão célebres fez naquelas nomeadas liras. Tenho para mim que há dessas liras algumas de perfeita e incomparável beleza: em geral a *Marília de Dirceu* é um dos livros a quem o público fez imediata e boa justiça. Se houvesse por minha parte de lhe fazer alguma censura, só me queixaria, não do que fez, mas do que deixou de fazer. Explico-me: quisera eu que em vez de nos debuxar no Brasil cenas da Arcádia, quadros inteiramente europeus, pintasse os seus painéis com as cores do país onde os situou. Oh! e quanto perdeu a poesia nesse fatal erro! se essa amável, se essa ingénua Marília fosse, como a Virgínia de Saint-Pierre, sentar-se à sombra das palmeiras, e enquanto lhe revoavam em torno o cardeal soberbo com a púrpura dos reis, o sabiá terno e melodioso — que saltasse pelos montes espessos a cotia fugaz como a lebre da Europa, ou grave passeasse pela orla da ribeira o tatu esgarroso —, ela se entretivesse em tecer para o seu amigo e seu cantor uma grinalda não de rosas, não de jasmims, porém dos roxos martírios, das alvas flores

dos vermelhos bagos do lustroso cafêzeiro; que pintura, se a desenhara com sua natural graça o ingênuo pincel de Gonzaga! (Garrett, 1984b: 33-34)

Não pode ser mais enfático e entusiasta no apego a um nativismo e ambientalismo bem caracterizador de uma poesia brasileira em língua portuguesa. E de tal forma, que elogia a seguir um autor que, em Portugal, pouco é conhecido e ainda menos citado:

Justo elogio merece o sensível cantor da infeliz Lindóia que mais nacional foi que nenhum de seus compatriotas brasileiros. O *Uruguai* de José Basílio da Gama é o moderno poema que mais mérito tem na minha opinião. Cenas naturais muito bem pintadas, de grande e bela execução descritiva; frase pura e sem afectação, versos naturais sem ser prosaicos, e quando cumpre sublimes sem ser guindados; não são qualidades comuns. Os Brasileiros principalmente lhe devem a melhor coroa de sua poesia, que nele é verdadeiramente nacional, e legítima americana. Mágua é que tão distinto poeta não limasse mais o seu poema, lhe não desse mais amplidão, e quadro tão magnífico o acanhasse tanto. Se houvera tomado esse trabalho, desapareceria algumas incorrecções de estilo, algumas repetições, e um certo desalinho geral, que muitas vezes é beleza, mas continuado e constante em um poema longo, é defeito. (Idem, *ibidem*)

Adiante analisaremos a influência de Garrett no Brasil e designadamente no teatro brasileiro, assunto que noutra local já desenvolvemos como então se verá. António José da Silva surge obviamente, para Garrett, como um grande referencial. Cita-o aqui, mas com reservas, excepcionando”talvez” “As Guerras do Alecrim e Manjerona” que compara com Beaumarchais. E, passando ao século XIX, refere o Padre Sousa Caldas: “é um dos melhores líricos modernos”. Mas não fala no brasileiro quase contemporâneo homónimo Domingos Caldas Barbosa, que William Beckford confunde com o anterior e que Marcelino Mesquita recria, como personagem pitoresco e simpático, nas “Peraltas e Sécias”. Assim terá sido em vida, a julgar pelas peças, lunduns e poesias que nos deixou, ao contrário do outro!

António Soares Amora propõe uma síntese extremamente interessante das ideias de Garrett acerca da autonomia da literatura brasileira:

1.º A língua portuguesa e todas as obras literárias em que ela se expressara eram um património comum dos dois povos, os portuguêses e os brasileiros; portanto, com igualdade de direitos ambos os povos podiam invocar os valores desse

patrimônio e se atribuir a responsabilidade de os preservar, e aumentar com novas criações, fruto do caráter nacional de cada país;

2.º A nacionalidade das duas literaturas de língua portuguesa resultara, naturalmente, das fundamentais diferenças entre os dois países (diferenças geográficas, étnicas, históricas e de costumes) e nada tinham que ver com o fato de terem o mesmo patrimônio lingüístico e conseqüentemente o mesmo patrimônio de valores literários. Cultuar Camões ou Filinto Elísio, como escritores modelares da língua portuguêsã, não era incompatível com o espírito nacional dos brasileiros;

3.º A nacionalidade da literatura brasileira se evidenciava, principalmente, na linguagem de seus escritores (expressões e estilo) e nas “imagens” que lhes impunha um meio físico específico, com “majestosas e novas cenas da natureza”;

4.º Dada, entretanto, a educação européia dos brasileiros e, talvez, o receio que os dominava de “se mostrarem americanos” — o espírito nacional de sua literatura só começara a insinuar-se na segunda metade do século XVIII, infelizmente para os brasileiros, ainda muito timidamente; exceção fôra apenas Basílio da Gama no seu *Uruguai* (1769); por isso valorizado tinha de ser, no Brasil e em Portugal, êsse poema, e imitada tinha de ser, por todos os brasileiros, a ação renovadora e nacionalizadora do poeta;

5.º Como a literatura do Brasil avultara e enriquecera, com a produção de seus engenhos, a literatura de língua portuguêsã, evidentes eram as possibilidades que tinham os brasileiros de realizar e impor, definitivamente, a *sua* literatura; para isso bastava apenas que, seguindo o exemplo de um Basílio da Gama, desenvolvesse sua poesia (só de poesia falava Garrett) “verdadeiramente nacional” e “legítima americana”. (Amora, 1973: 70)

6. OS ROMANCES BRASILEIROS DE GARRETT

Já vimos que Garrett pelo menos por três vezes se lançou na escrita de romances de temática brasileira. Andréa Crabée Rocha ocupou-se deles, com o mérito reforçado de ter lido o pouco que resta dos dois primeiros, praticamente desconhecidos - “Komuray” (1827) de que ficaram algumas páginas manuscritas na Biblioteca da Universidade de Coimbra e “Um Brasileiro em Lisboa”. Andréa cita algumas frases relativas às florestas brasileiras, onde “a sua alma se enlevará em todas as maravilhas

de criação” (Rocha, vol. I: 331 e ss). Aí está, uma vez mais, o nativismo rousseauiano e ambientalista, numa visão da natureza exuberante e do seu habitante, “hoje estrangeiro e servo, onde foi senhor e natural”, o que é coerente com as posições literárias e geo-políticas entretanto assumidas.

Em 1845, Garrett publica na *Ilustração* os dois primeiros folhetins daquilo que seria “Um Brasileiro em Lisboa”. Andrée Crabée Rocha respiga algumas passagens insólitas. O Brasileiro escreve à namorada em termos no mínimo ridículos mesmo para um romântico bem do seu tempo: “caju da minha vida”, “beija-flôr dos meus pensamentos”, “ouro preto da minha saudade” (*op. cit.*: 331). São expressões de um nativismo postiço, diremos nós: os românticos brasileiros não escreviam assim.

Mas, no meio desta “sentimentalidade brasileira” chegam-nos apreciações sólidas e coerentes do nativismo telúrico da visão garretteana do Brasil e das suas projecções poéticas, numa linha coerente com o que antes escrevera: “em verdade, a velha Europa abjura a poesia. Bem podemos tratar de lhe arranjar um Parnaso de refúgio no deserto do Novo Mundo”. E mais, e agora reproduzindo a sua doutrina de sempre: “queria no Brasil uma poesia brasileira, isto é, portuguesa legítima no desenho, americana no colorido”.

O mais completo e complexo destes romances brasileiros é, porém, “Helena”, em parte publicado. Em primeiro lugar, porque se não se trata já de obra de juventude, sendo certo que o anterior também o não era. Mas desta vez estamos perante um *corpus* de 24 capítulos, escritos a partir de 1853: Garrett trabalhava nele quando morreu. Apesar disso, o irrealismo do ambiente e da paisagem, do material humano, das psicologias e condutas, com a agravante de pôr em cena índios e missionários, numa realidade que Garrett não conhecera, confirma a visão de um Brasil sonhado mas longe da realidade, mesmo na época. Assim se perde a densidade da narrativa e a verosimilhança do entrecho. O que não quer significar menos interesse. Logo a primeira frase traduz o estereótipo tropical:

Acabava de passar uma daquelas trovoadas espantosas que, nos países tropicais, repentinamente se formam, estalam, e de repente se dissipam também, deixando o ar mais puro, o céu mais azul, e toda a Natureza respirando uma frescura, um viço, uma lasciva animação de todo o ser, que não parece senão que ali foi agora a criação e começa a vida pela primeira vez.

Era a algumas léguas da Baía, não longe do semicírculo do Recôncavo, mas sertão dentro e nas extremas do país cultivado. Já raros os canaviais de açúcar, longe os engenhos, perto a solidão imensa do deserto, e a impenetrável espessura dos matos virgens, que não desflorara ainda o machado do colono e que projectavam suas sombras altas e negras sobre as terras adjacentes.

Seguem-se algumas passagens que situam o entrecho e assumem, aí sim um “nativismo liberal” que dá certa consistência ao romance: “Só o homem ali não aparecia: o homem desses bosques, o Adão daqueles Édens afugentado e perseguido pelo invasor europeu, emigrara para longe, muito longe”.

Porém a certa altura chega uma canoa.

E quatro índios eram os que vinham tripulando esta primitiva embarcação; nus de meio corpo, as curtas bragas de riscado vermelho e branco da cintura ao joelho, e armados de longas varas com que iam arribando ou orçando das margens a canoa, afastando aqui os ramos das árvores que pendiam na água, além firmando-se nalguma pedra do meio da corrente para se não deixarem levar do rápido violento do caudal.

Ao leme e dirigindo a manobra toda, vinha o mais estranho arrais que, em tal barco e com tal companha, era possível imaginar: um preto velho e gordo que andava pêlos sessenta e tantos, segundo, através do apolvilhado, se percebia na carapinha que lhe começava a dar em grisalha; negro retinto da cara, e escrupulosamente vestido de negro na mais apurada e fastuosa elegância de um *buttler* do West-End de Londres, ou de um *maitre d'hôtel* da Chaussée d'Autin de Paris. Preto, ainda assim, não era tudo nele; porque a gravata fina, sem goma, e brandamente enroscada à volta do pescoço, luzia de uma brancura irrepreensível, e completava o seu traje de elegante mordomo do século dezanove.

O africano chama-se Spiridão Cassiano di Mello e Matos, assim mesmo, e o viajante é o general Brissac, francês. O capítulo IV descreve a canoa e o capítulo V lança-nos para uma espécie de castelo de Windsor e para uma “aldeia suíça”, no meio da selva tropical:

ERA em verdade para surpreender o quadro magnífico que se desenrolou diante dos olhos do General: um imenso parque inglês, cortado de sinuosas e bem saíbradas ruas, com lagos e pontes, quiosques e estátuas, templos e ruínas, com todos os vários e disparatados acidentes e ornamentos que são de rigor em tais casos, e que a arte europeia imitou dos caprichos da chinesa.

O francês pasmava do que via: — e a ideia de se ver transportado, por um golpe de varinha de condão, de pleno Brasil para Windsor, para Eagley-Park ou para Sionhouse, ia-lhe parecendo menos absurda de momento para momento. Sonho, visão, ilusão dos sentidos!... deixou-se ir com ela, fosse qual fosse e como fosse. Saltou da canoa em terra, e logo para o estribo da caleche que o *fulo automedonte* boleara até quase rente da água. Um laçoiço mulato abriu a portinhola e logo a fechou e levantou o estribo. Spiridião Cassiano subiu para a almofada, e a caleche partiu a todo o trote por uma das largas ruas do parque. Galopavam ao lado os dois estribeiros, adiante os volantes, todos com archotes de cera nas mãos, que parecia um préstito e cortejo real.

Foram andando, andando, como dizem as histórias de fadas e princesas encantadas: mas palácio, casa, ou coisa que com ela se parecesse não a via o nosso General. Estava já a ponto de sair de sua habitual reserva de bom gosto e polidez, e quase descendo, como um bom burguez, a interpelar directamente o prognóstico e pespontado Spiridião, quando a carruagem, passando por um maciço de árvores altíssimas, desembocou numa espécie de largo, donde clara e distintamente se via, situada a pouca distância, a meio de uma suave ondulação do terreno, abrigada de três oiteiritos que a rodeavam, uma verdadeira aldeia da Suíça. Muitas casas pequenas, e, ao parecer, destacadas, com seus tectos de colmo, suas balaustradas exteriores de troncos rústicos, formavam o lugarejo, que, para de todo se caracterizar, tinha no meio sua igreja com alto campanário e adro plantado de araucárias, e pinheiros de tão alpino aspecto, que fariam cantar o *ranz das vacas* a qualquer emigrado do monte Branco ou do São Bernardo. Por entre as árvores, as sepulturas com suas cruces à cabeceira, seus rústicos monumentos de singela piedade.

Em resumo: é a casa do Visconde, que recebe o General numa sala também minuciosamente descrita. Vale a pena a transcrição, pois dá-nos a ideia de Garrett acerca de uma fazenda do interior brasileiro:

Eram de fina escaiola brunida as paredes e o tecto, tudo de um branco mate azulado, aljofarado, tendendo a cor de cinza, e realçado por estreitas cintas de vivo escarlata; as cortinas, de cima, de caxemira da Índia da mesma cor, apanhadas por largos torçais de seda branca, e assentando sobre outras cortinas de finíssima Bruxelas, que, todas caldas, deixavam penetrar a viração da noite, tão necessária naqueles climas. Dois esplêndidos Ticianos, vários Teniers com dois belos retratos de homem, dois de mulher, e outro de uma menina que mostrava de nove a dez anos, tudo encaixilhado em primorosas mas singelas molduras inglesas, eram os principais ornatos das paredes. Postos como à sombra deles, pendiam vários desenhos,

aquarelas, esbocetos a óleo, mais ou menos acabados e modestamente enquadrados em papel. O chão pintado à Flamengo e por mão de mestre.

A Viscondessa está à morte, o General é recebido pela filha Isabel, cuja descrição mais a coloca num clima do Norte: além da “cintura de vespa, o colo alto, os dedos afilados, largos e fortes os ombros, o seio túmido, os braços torneados. Era branca por extremos”... não era portanto uma cabocla. A Viscondessa tem opiniões sobre a condição feminina:

A ignorância na mulher é a inocência — e a inocência tem muita força. É condição das filhas de Eva que quanto mais sabem mais erram. Sim, filha: ainda que teu pai casasse outra vez, a maior parte dessa imensa fortuna que juntou teu avô era tua sem partilha.

Mas mais complicada é a abordagem da Viscondessa quanto à escravatura. Estamos a cerca de 40 anos da abolição e certamente Garrett não fala pela boca da personagem, até pelo que vem a seguir mas, de uma forma ou de outra, deixa no ar as opiniões:

- Todos os nossos escravos são bons, porque nós temos sido bons com eles. Sei que o teu desejo é libertá-los a todos...
- Oh! sim, mamã.
- Tal não faças, minha filha. Não dês alforria senão aos que tiverem juízo e indústria — para usar da sua liberdade. As beatas, e os hipócritas ingleses têm causado tantos desgraçados com as suas declamações contra o tráfico dos negros, tantos, pelo menos, como os que mercadejam no infame negócio. A emigração de África para a América é uma necessidade absoluta e inevitável, que convinha regular e fiscalizar no sentido do Evangelho e da civilização, mas não proscree-la absurdamente. Teu pai te instruirá sobre este ponto. As suas ideias e os seus planos são mais cristãos e mais justos de que os de todos os filonegros da Europa, que a respeito da África e da América tanto sabem e entendem como dos países da Lua.

O romance assume no entanto uma linha abolicionista, num curioso debate que põe em confronto brancos, negros escravos e índios. O porta-voz é Frei João Índio, sacerdote indígena. “Os pretos são homens como nós. Libertou-os e remiu-os o mesmo sangue precioso que remiu os homens todos.” A mãe do sacerdote, índia

também, discorda: “comparar o escravo com o homem livre das florestas!” É outra vez um espírito rousseauiano, mas de bem insólita e algo ambígua posição!

7. O REVERSO DA RELAÇÃO: INFLUÊNCIA DE GARRETT NO BRASIL

Vimos até aqui como é vasta a presença do Brasil no pensamento e na obra de Garrett, em muitas das suas variadíssimas vertentes. É altura então de referir a influência de Garrett na arte, na intelectualidade e na mentalidade brasileira. Esta influência é pacificamente aceite no Brasil, no que respeita à poesia e ao teatro. Alfredo Bosi, por exemplo, e é um bom exemplo, situa essa influência no “binómio poesia-pátria”, o que é coerente com os vectores estruturais referidos atrás (cf. Bosi, 1976: 107 e ss).

Essa influência cruza-se, na poesia, com as próprias origens da lírica brasileira, a partir de Gonçalves de Magalhães, que encontraremos na dramaturgia, ou de Gonçalves Dias, que Bosi relaciona com “o Garrett sentimental nas poesias de amor e saudade”. Magalhães por seu lado, figura iniciática do romantismo teatral brasileiro, também filósofo, vai buscar a Garrett o estilo inovador das “Poesias” (1832) mas sobretudo nos “Suspiros e Saudades” (1836): “da saudade fizera Garrett, no poema Camões, publicado uns 10 anos antes e também em Paris, o sentimento dominante da obra” (op. cit.: 132 e ss). E o mesmo quanto às 12 “Canções de Exílio”, recolhidas no livro de poemas “Primavera” (1859): já Garrett morrera há 5 anos.

Lucciana Segagno Picchio confirma a influência de Garrett nos “Suspiros Poéticos e Saudades” de Magalhães, relacionando-o com o “Camões” no espírito precisamente da saudade. Estende a presença de Garrett até Machado de Assis poeta, já mais tarde no século XIX - “Crisálidas” (1864), “Falenas” (1870), “Americanas” (1875), “Ocidentais” (1900). (Picchio, 1997: 292) . E sai um pouco do registo quando cruza a Carolina da “Moreninha”(1844) de Joaquim Manuel Magalhães com a Joaninha dos Olhos Verdes das “Viagens”, de quem seria “o verdadeiro contraponto colonial-urbano” ...(op. cit.:169).

8. A PRESENÇA DE GARRETT NO TEATRO BRASILEIRO

Seguimos, neste capítulo, e em parte reproduzimos, no que for cabível, o estudo que dedicamos a “O Essencial do Teatro Luso-Brasileiro” (Lisboa, IN/CM, 2004).

Garrett e os dramaturgos românticos do Brasil ocupam um espaço importante no ensaio acima referido. É que, efectivamente, a influência decorrente também de

convívio directo em Paris e não só, e quase sempre expressamente assumida pelos autores brasileiros, tem uma relevância talvez mais nítida do que na restante literatura. Trata-se, com efeito, de uma convergência que tem ainda, na renovação orgânica do teatro português, impulsionada por Passos Manoel e concebida e executada por Garrett a partir de 1836, um dos factores a ter em conta.

Há inclusive, como veremos, uma curiosa coincidência de datas, pois ambas as peças que iniciam o romantismo em cada um dos países, a saber, “Um Auto de Gil Vicente” de Garrett e “António José ou o Poeta e a Inquisição” de Gonçalves de Magalhães, estreiam em Lisboa e no Rio, no mesmo ano de 1838. Mas discute-se a real influência recíproca, como haverá ensejo de analisar com detalhe.

Mas não fica por aí a convergência destas duas peças ou, se quisermos, a origem doutrinária e estética comum. Ambas derivam da influência directa do movimento romântico colhido em França, onde aliás Garrett e Magalhães se encontram e convivem. Ambas vão beber a influência do prefácio do “Cromwell” de Vitor Hugo, que é de 1828. E mais: tanto um como outro dos dois dramaturgos vão buscar temas e figuras tutelares do teatro luso-brasileiro, sendo um português e o outro nascido no Brasil.

Estas coincidências significam um dos mais claros sinais de convergência estética e cultural. Sabato Magaldi defende a prioridade da peça brasileira. Garrett teria colhido inspiração directa em Magalhães: a peça deste é estreada no Rio em 13 de Março de 1838, a daquele, em Lisboa, em 15 de Agosto do mesmo ano. Ora, não há o menor sinal dessa influência, baseada aliás numa antecipação que mal daria para atravessar o Atlântico... Nem as peças se assemelham na forma ou no tema, excepto no facto de ambos irem buscar à mesma fonte a influência de estilo e de mentalidade. Aliás, até se pode aqui lembrar novamente que Garrett, no “Bosquejo”, concede à literatura brasileira, pela primeira vez, um sentido consistente de autonomia (cf. Magaldi, 1977: 31 e ss).

Ora bem: reconheça-se, para quem queira proceder à acareação da qualidade, que “Um Auto de Gil Vicente” é uma peça muito mais estruturada e muito mais moderna, mesmo nas fragilidades das suas derrapagens de estilo, do que o “António José”. Se no drama de Garrett a história é de pormenor, no de Magalhães é perfeitamente inconsistente. Se naquela os efeitos de dramalhão surgem aqui e ali, sobretudo no suicídio espectacular da última cena, nesta os truques ultra-românticos da carpintaria teatral descaracterizam a contenção romântica que Garrett raramente

perde. A figura de Frei Gil, na peça de Magalhães é pintada a grosso, a morte da Mariana no momento da prisão de António José é hoje difícil de aceitar, a linguagem ingrata, por exemplo, o monólogo do protagonista, preso, na cena I do Acto V, e o final, sem desmerecer da qualidade do verso, como que resume a ingratidão dos excessos estilísticos.

E o evocado “assunto nacional” em torno do Judeu, como mote e fundamento histórico e ideológico da peça, surge hoje no mínimo discutível. Flávio Aguiar lembra que “naquele começo do Brasil independente, o facto de ter nascido no Rio de Janeiro era suficiente para torna-lo símbolo da pátria oprimida pelo jugo da metrópole” (Aguiar/Azevedo, 1998: 7).

Ainda assim: trata-se pelo menos de assunto luso-brasileiro, ideológica e literariamente ao nível da grande obra e pensamento do autor. De brasileiro ou de português, porém, nada tem a outra peça conhecida de Gonçalves de Magalhães, “Olgiato” (1839) passada em Milão em 1470. Apresenta um aspecto curioso: a figura motivadora do drama, Duque de Sforza, não entra em cena, é um protagonista oculto mas decisivo para a tragédia romântica de Magalhães. No “Prólogo” da edição, o autor cita o Prefácio de “Cromwell” de Hugo.

Esse aspecto ganha importância decisiva. Hugo, Garrett, Magalhães, que em tanto coincidem, marcam também, cada um à sua maneira, a fortíssima consciência liberal dos ideais e das respectivas condutas. E pondo noutro plano a férrea coerência de Vítor Hugo e o seu longuíssimo exílio, refira-se também a coerência existencial e ideológica de Garrett e de Magalhães, sobretudo em torno dos conceitos e das práticas da liberdade. Com a vantagem, para o autor brasileiro, de uma vasta e profunda reflexão filosófica, mais vasta e mais profunda do que as reflexões teóricas, geniais que sejam, do nosso Garrett.

Ou, como escreveu António Braz Teixeira, “será oportuno notar que, diversamente do que acontece no Brasil, em que o iniciador do romantismo - Gonçalves de Magalhães - foi, a um tempo, poeta, dramaturgo e filósofo, pelo que aquele veio a encontrar no espiritualismo o seu suporte e fundamento especulativo, em Portugal o movimento romântico foi, nas suas primeiras manifestações, em Garrett e Herculano, puramente literário e desacompanhado de qualquer base teórica de índole filosófica”.

No teatro de Gonçalves de Magalhães, essa reflexão filosófica ganha também sentido e organiza-se em torno da liberdade: “fagueira liberdade! Ah, se eu pudesse/

lançar-me indo em teus braços”, diz António José. E Visconti, no “Olgiato”: “mostra-me como as artes florescem/ sem outro apoio mais que a liberdade;/ como a Filosofia leis ditava/ sem medo de tiranos opressores”...(Teixeira, 1994: 99-100).

Foi em Paris que Garrett começa a conviver com Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879), autor dramático, cenógrafo, artista plástico e também como tal um dos renovadores do teatro no Brasil. Garrett estava exilado, Porto Alegre estudava com Gros, por influência do nosso conhecido Debret. Porto Alegre pintou em 1833 um belo retrato de Garrett “com o seu rico uniforme de Voluntário Académico com baeta azul, tendo o Porto por paisagem de fundo” segundo nos lembra Maria Aparecida Ribeiro, a qual recorda também os elogios que Porto Alegre fazia de Garrett - “o primeiro poeta português que me fez amar a poesia [...] o missionário que veio mostrar o respeito e o amor á antiguidade por meio da harmonia das musas”.

Mais do que pelas comédias que escreveu, e de que se destaca um moralizador “Prólogo Dramático” (1837) ou “Angélica e Firmino” (1845) ou ainda “A Estátua Amazónica” (1851), Porto Alegre marcou a renovação romântica do teatro brasileiro pela modernização cénica e cenográfica, mas sobretudo pela doutrina e análise do fenómeno teatral. Em “O Nosso Teatro Dramático”, estudo publicado em 1851 na revista “Niterói”, é notável uma visão economicista do fenómeno teatral, na perspectiva da exigência de um público, isto é, um mercado que consubstancie o carácter essencialmente espectacular da literatura dramática: “sem público não há arte alguma que vigore; sem público, não há artistas que progridam [...]. O público é o grande educador de todas as artes e seu juiz de facto”.

Ora, sente-se o eco do prefácio economicista de *Um Auto de Gil Vicente*:

“Em Portugal, nunca chegou a haver teatro: o que se chama teatro nacional, nunca. [...] O teatro é um grande meio de civilização, mas não prospera onde a não há. Não têm procura os seus produtos, enquanto o gosto não formar os hábitos e com eles a necessidade. Para principiar, pois, é mister criar um mercado fictício.”

Mas há mais. Em 1843, Porto Alegre empreende a criação do Conservatório do Rio de Janeiro, mediante “Aviso Imperial” datado de 24 de Abril daquele ano. São-lhe atribuídas vastas funções que transcendem o ensino, entre elas a censura (“Aviso” de 10 de Novembro de 1845 e Decreto n:425, de 19 de Julho de 1845). Vemos aqui, uma vez mais, o reflexo da reforma de Garrett, consagrada na Portaria de 15 de Novembro de 1836, e que previu a estrutura orgânica do sistema teatral: Inspeção dos Teatros, Sociedade para a Fundação do Teatro Nacional, Conservatório Geral de

Arte Dramática, Companhia de Actores Nacionais, prémios para actores e dramaturgos, direitos de autor e subsídios (cf. Ribeiro, 1999: 24-25; sobre a reforma do Conservatório, cf. Cruz, 1995).

Curiosamente, o actor francês Emile Dour a quem Garrett encarregou em 1836 de formar a Companhia Nacional, e que dirigiu o *Um Auto de Gil Vicente*, fixar-se-ia no Rio de Janeiro e ali permaneceu até à morte em 1876.

Garrett acabou Visconde de Almeida Garrett. Porto Alegre era Barão de Santo Ângelo. E já agora, Gonçalves de Magalhães era Visconde de Araguaia! Este diálogo de uma aristocracia de espírito e de mérito, questão que o nosso Garrett levou muito a peito (veja-se “D. Filipa de Vilhena”) marca também o sentido renovador do liberalismo monárquico do século XIX, tanto no Brasil como em Portugal.

E finalmente: dizendo-se “discípulo” de Garrett com orgulho, temos Gonçalves Dias (1823-1864), estudando em Coimbra durante 7 anos, amigo de Serpa Pimentel e colaborador de *O Trovador*, e que, depois de fantasias dramáticas históricas de influência de Schiller e Goethe (“Beatriz Cenci” -1844), mergulha em *Leonor de Mendonça* (1847) num tema da História de Portugal - a execução da protagonista às mãos do seu marido D. Jaime, Duque de Bragança, em 1512, por suspeita infundada de adultério.

Numa “advertência do Autor”, é traçada uma interessante análise da dramatização do facto histórico, onde se identificam com rigor as fontes e se teoriza a liberdade de interpretação histórica do dramaturgo. Em qualquer caso, o autor inocenta expressamente D. Leonor, mas sobretudo traça do Velho Duque D. Jaime um retrato psicológico de bela dimensão dramática, em que certos excessos românticos são amplamente compensados por uma linguagem teatral moderna e uma dialogação de excelente qualidade.

Importa ainda referir que os corifeus do romantismo brasileiro, que se encontrariam em Paris com Garrett, vinham, pelo menos parte deles, de uma “Sociedade Filomática” organizada em 1833 na Faculdade de Direito de São Paulo. Já se referiu a influência de Garrett junto de Gonçalves de Magalhães e Porto Alegre. Em 1834 são recebidos no Instituto Histórico de França. Garrett não. Em qualquer caso, António Soares Amora reconhece que a Sociedade Filomática ficaria aquém dos sinais de modernidade previstos 7 anos antes por Garrett: inclusive, “houve ainda, da parte deste grupo, declarada oposição ao espírito de excessiva inovação de alguns

modernos (e era Garrett e o seu poema Camões que estavam em causa)”. (Amora, 1973: 115). Isto, apesar da reconhecida influência que vimos atrás!

9. A OPORTUNIDADE FALHADA DE MÚTUA INFLUÊNCIA DO ROMANTISMO EM PORTUGAL E NO BRASIL

Garrett exerceu, ao longo da vida, diversos cargos e missões diplomáticas. Em 1 de Janeiro de 1836, o Marquês de Loulé oferece a Garrett o posto de Ministro Plenipotenciário no Rio de Janeiro: “se a Vossa Senhoria convier, irá substituir no Rio de Janeiro Joaquim António de Magalhães na mesma graduação em que ele se acha”. Ora bem: Gomes de Amorim reporta aquilo que Garrett escreveu numa nota redigida na terceira pessoa, como era aliás seu hábito, até em diplomas legislativos que lhe dissessem respeito.

Não chegou a estar dois anos encarregado de negócios em Bruxellas, sendo transferido na qualidade de ministro residente para a Dinamarca. Receoso do clima não aceitou o aumento de categoria e ordenado, que lhe dava aquela transferencia; e tendo recebido de El-Rei Leopoldo a condecoração de oficial da sua ordem, voltou para Portugal, e se reduziu à vida privada, recusando também a nomeação, que o governo lhe oferecia, sendo ministro o Sr. Marquês de Loulé, de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário para o Rio de Janeiro...

Mas em 1932, Henrique Ferreira Lima transcreveu a carta de resposta ao Marquês de Loulé, onde se verifica que Garrett estaria disposto a aceitar o Rio, ainda que sem entusiasmo: “Eu estou pronto para tudo, seja ainda o Rio de Janeiro, uma vez que se me dêem os meios. A única coisa porque insisto a V. Ex.^a que seja o que for, seja logo”...(cf. Amorim, op. cit., tomo II: 192 e Lima, 1932: 34 e 35). O que nos interessa agora é o facto objectivo de Almeida Garrett nunca ter estado no Brasil. E, para terminar, esta ideia: Que enriquecimento teria sido, para ambas as culturas, e para ambas as literaturas, a presença de Garrett no Brasil!

Acaba-se com um poema, “O Brasil Libertado”, incluído na “Lírica de João Mínimo” e significativamente datado de Coimbra-Janeiro 1821, isto é, um ano antes da Independência, de que transcrevemos o final:

Oh! virgens plagas de Cabral famoso,
Se bárbaros outrora
Vos levámos grilhões, levámos ferros,

(Que também arrastávamos)
Hoje convosco alegres repartimos,
Irmãmente vos damos
Parte igual desse dom que os céus nos deram,
Que a tanto custo houvemos.
Lá vai, lá surge em terra, avulta e cresce
A lusa liberdade.
Folgai, folguemos: Portugueses todos,
Em laço igual unidos,
Sobre o seio da Pátria reclinados,
Como irmãos viveremos.
Oh! seja eterna tão feliz concórdia:
Mas, se em má hora um dia
(Longe vá negro agoiro!) dessa escura
Caverna onde o prendemos,
Ressurgir férreo o despotismo ao trono,
Então hasteai ousados
Os pendões da sincera independência.
Sim, da paterna casa
Salvai vós as relíquias, os tesoiros,
Antes que os roube o monstro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Flávio (1998), in “O Teatro de Inspiração Romântica”, São Paulo, SENAC.
- AMORA, António Soares (1973), *O Romantismo*, São Paulo, Cultrix.
- AMORIM, Francisco Gomes (1881-84), *Garrett - Memórias Biográficas* (3 vol.), Lisboa, Imprensa Nacional.

- BOSI, Alfredo (1976), *História Concisa da Literatura Brasileira*, São Paulo, Cultrix.
- CRUZ, Duarte Ivo (1995), *Almeida Garrett – Correspondência Inédita do Conservatório*, Lisboa, IN/CM.
- CRUZ, Duarte Ivo (2004), *O Essencial do Teatro Luso-brasileiro*, Lisboa, IN/CM.
- GARRETT, Almeida (1984a), *Portugal na Balança da Europa*, Lisboa, Círculo dos Leitores, col. “Obras Completas de Almeida Garrett”.
- GARRETT, Almeida (1984b), *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa*, Lisboa, Círculo dos Leitores, col. “Obras Completas de Almeida Garrett”.
- GARRETT, Almeida (1984bc), *Helena*, Lisboa, Círculo dos Leitores, col. “Obras Completas de Almeida Garrett”.
- LIMA, Henrique Ferreira de (1932), *Garrett Diplomata*, Gaia, ed. Pátria.
- MAGALDI, Sabato (1977), *Panorama do Teatro Brasileiro*, 3ª ed., São Paulo, Global ed.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva (1971), *A Formação de Almeida Garrett* (2 vol.), Coimbra, Centro de Estudos Românicos.
- PICCHIO, Luciana Stegagno (1997), *História da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, ed. Nova Aguilar.
- RIBEIRO, Maria Aparecida (1998), “Imagens do Brasil na Obra de Garrett”, *Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n.º 4 (Almeida Garrett), Lisboa, Instituto Camões, pp. 115-127.
- RIBEIRO, Maria Aparecida (1999), “Garrett e as Instituições Culturais do Brasil”, *Colóquio-Letras*, (153-154), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 23-33.
- ROCHA, Andréa Crabée (s/d), “Garrett e o Brasil”, in *Estrada Larga*, vol I, Porto, Porto Editora.
- TEIXEIRA, António Braz (1994), *O Pensamento Filosófico de Gonçalves de Magalhães*, Lisboa, Inst. de Filosofia Luso-Brasileira.